

Conselho Consultivo do Parque Nacional  
da Serra dos Órgãos:  
um espaço efetivo de Educação Ambiental

---

Consultative Council of Serra dos Órgãos  
National Park:  
an effective space for Environmental Education.

*Fátima Santos<sup>1</sup>; Imara Freire<sup>2</sup>; Renata Brasileiro<sup>3</sup>; Sultane Mussi<sup>4</sup>*

---

### Resumo

O Parque Nacional da Serra dos Órgãos (Parnaso) vem sofrendo forte pressão antrópica pela população de seu entorno, estimada em 700 mil habitantes. A grande diversidade de interesses sobre o uso dos recursos naturais do parque e região torna imperativa a adoção de uma forma de gestão ambiental que inclua os diversos grupos de interesses nas ações de manejo e conservação da unidade. A Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), estabelece que toda unidade de conservação de proteção integral disponha de um conselho consultivo. A implementação da Gestão Participativa no Conselho Consultivo do Parnaso foi um processo orientado por princípios da educação ambiental com o objetivo de tornar o conselho um verdadeiro espaço de expressão, representação e participação dos atores sociais, buscando um envolvimento ativo e a participação cidadã para a preservação e a conservação da Mata Atlântica. Este artigo apresenta um relato do processo que teve como resultado a reestruturação do Conselho Consultivo do Parque Nacional, oferecendo reflexões sobre a metodologia utilizada e os efeitos observados na construção coletiva do que hoje pode ser considerado um conselho de unidade de conservação forte e atuante: o Conparnaso.

### Abstract

Serra dos Órgãos National Park suffers strong human pressure by the estimated 700 thousand inhabitants in its surroundings. A great diversity of social interests over the use of the Parks' natural resources demands a management strategy that includes different interest groups within the unit's activities of management and conservation. Federal Law 9985 of July 18th, 2000, which institutes the National System of Conservation Units (Protected Areas), establishes that every National Park must have a popular consultative council. The implementation of Participative Management in the Park's consultative council was a collectively built process driven by Environmental Education principles, with the objective of turning the council into a true space of expression, representation and participation of social actors, aiming for active involvement and commitment to the preservation and conservation of regional Rain Forest. The present article presents a description of this process which had as a result the restructuring of this National Park's consultative council, offering reflections on methodology and other observed effects of what can presently be considered a strong and active conservation unit's consultative council: the Conparnaso.

---

1. Analista Ambiental, licenciada em Estudos Sociais pelo Centro Universitário de Brasília – Ceub.

2. Analista em Ciência e Tecnologia, Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense – UFF.

3. Analista Ambiental, Mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ.

4. Analista Ambiental, Mestre em Psicossociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – Programa Eicos.

---





## Introdução

O Parque Nacional da Serra dos Órgãos (Parnaso) engloba os municípios de Teresópolis, Petrópolis, Guapimirim e Magé, a 90 quilômetros do Rio de Janeiro, protegendo um total de 10.650 hectares da Serra do Mar, em um trecho de grande biodiversidade e de paisagens exuberantes.

A população estimada em seu entorno é de 700 mil habitantes, com destaque para Petrópolis (300 mil habitantes) e Teresópolis (180 mil), que já têm suas áreas urbanas ocupando o entorno imediato do Parnaso. Trata-se, portanto, de uma unidade de conservação de proteção integral cercada de grandes centros urbanos, por todos os lados, sofrendo forte pressão antrópica.

Isso implica grandes interesses sobre o uso dos recursos naturais do parque e seu entorno, representados pelos diferentes setores da sociedade. Esses interesses constituem o cenário local, intervindo no processo de gestão da UC, a despeito dos objetivos do órgão gestor. Da concessionária da rodovia que cruza o parque – interessada em sua expansão e em obras que garantam a segurança da estrada – às comunidades moradoras dentro dos limites da unidade – interessadas em sua subsistência e na devida desapropriação de seus imóveis – passando pelas prefeituras dos municípios limítrofes – interessados em expandir o espaço das cidades – todos possuem justificativas relevantes para seus interesses particulares, sobre as mais diversas intervenções no meio ambiente. Há interesses divergentes, mesmo dentro de setores comuns, como as associações de moradores do entorno, algumas interessadas na preservação do meio ambiente em função da valorização de seus imóveis, outras interessadas na urbanização e no crescimento de seus bairros.

Há, ainda, uma diversidade de potencialidades ambientais que são os usos possíveis dos recursos naturais, de maneira sustentável, que devem ser

identificados e fortalecidos nas comunidades do entorno. Uma dessas potencialidades na região do Parnaso é o ecoturismo. Apesar de todo o potencial do Parnaso como pólo ecoturístico, as comunidades do entorno ainda se beneficiam pouco dessa condição, principalmente, devido à falta de organização do setor, de qualificação da mão-de-obra e de informação. Ao invés de aproveitar esse potencial para desenvolver atividades de subsistência associadas à conservação dos recursos naturais do parque e seu entorno, as comunidades vizinhas representam, atualmente, uma preocupante fonte de impacto, caçando, coletando plantas e utilizando recursos naturais de forma insustentável.

Para reverter esse cenário, transformando as comunidades do entorno em aliadas na conservação da região, é imperativo a adoção de uma forma de gestão ambiental que inclua os diversos grupos de interesses nas ações de manejo e de conservação do parque.

Sabe-se que a inclusão dos diversos grupos sociais na gestão de bens públicos, como o Parnaso, depende de processos educativos não formais (QUINTAS, 2005), já que a participação e o exercício da cidadania não foram historicamente incentivados e exercitados na cultura popular brasileira (MACIEL, 2003). Sendo assim, qualquer chamado atual à participação cidadã da sociedade, nas decisões do Estado, configura-se em um processo de aprendizagem e amadurecimento da população em seus mais diversos setores, sendo, portanto, um processo não formal de educação.

No que se refere à gestão ambiental pública, a Coordenação-Geral de Educação Ambiental do Ibama propõe uma linha específica de educação que visa o controle social na elaboração e execução de políticas públicas, por meio da participação permanente dos cidadãos, principalmente de forma coletiva, na gestão do uso dos recursos ambientais e nas decisões que afetam a qualidade do meio ambiente (QUINTAS, 2005). Dentro dessa

perspectiva é preciso romper com o paradigma atual de privatização dos bens ambientais e socialização dos prejuízos da degradação do meio ambiente, mediante o estímulo à participação da sociedade como um todo, principalmente dos grupos submetidos à maior vulnerabilidade socioambiental, na gestão pública do meio ambiente.

A participação é um processo social que promove a cidadania e que serve de instrumento para a construção do sentido de responsabilidade e de pertencimento a um grupo, levando à organização do espaço comum e à definição do destino coletivo (IBAMA, 2004). Segundo Bordenave (1985), a participação promove o desenvolvimento da consciência crítica e de aquisição de poder.

A participação da sociedade nos processos decisórios do Estado foi inserida na esfera pública por força da Constituição Federal de 1988, por intermédio da instituição dos conselhos, que têm como um dos principais objetivos, a possibilidade de estabelecer novas relações entre Estado e a sociedade, nas quais exista espaço para que as representações sociais possam participar da tomada de decisões.

No processo da gestão ambiental pública, mais especificamente da gestão de áreas protegidas, a Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2000), introduz em suas diretrizes a participação da sociedade na criação e gestão das unidades de conservação, e estabelece que toda UC de proteção integral disponha de um conselho consultivo.

A gestão participativa das UCs visa promover a interlocução entre diferentes atores sociais que têm envolvimento direto ou indireto na conservação e utilização dos recursos naturais dessas áreas, especialmente as populações que vivem dentro ou no entorno das UCs e que devem participar da resolução de conflitos e das tomadas de decisão no processo de gestão. O instrumento formal de desenvolvimento desse tipo de gestão nas UCs é o seu conselho (LOUREIRO et al., 2005).

Desse modo, o Conselho Consultivo do Parnaso representa a possibilidade de efetivação da gestão participativa, pois funciona como um espaço de expressão, representação e participação dos diversos atores sociais envolvidos com as questões ambientais (GOHN, 2003), possibilitando mudanças sociais no sentido de democratização das relações de poder estabelecidas entre sociedade/Estado.

No trabalho com os conselhos de UCs, o objetivo é utilizar a educação como instrumento de fomento para a gestão ambiental participativa, na qual o diálogo, sobretudo com a população do entorno e de dentro dos limites da unidade, consiga mediar os interesses e conflitos entre os atores sociais envolvidos (LOUREIRO et al., 2005). Seu sentido principal é o de “estabelecer processos práticos e reflexivos que levem à consolidação de valores que possam ser entendidos e aceitos como favoráveis à sustentabilidade global, à justiça social e à preservação da vida” (LOUREIRO, 2004).

O conselho consultivo do Parnaso foi criado em 6 de agosto de 2002, por meio da Portaria Ibama nº 102/02-N, seguindo as orientações que constavam no art. 29 do capítulo IV da Lei do Snuc, que estabelece que o conselho seja “presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos e de organizações da sociedade civil” (BRASIL, 2000). Observa-se que na época o Decreto nº 4.340/2002 ainda não havia sido publicado e as orientações sobre a gestão das UCs, que constavam na Lei do Snuc, não continham maiores detalhes em relação à composição de conselhos (MUSSI, 2007).

Entretanto, até o ano de 2004 o conselho encontrava-se desmobilizado. Além disso, sua composição original não atendeu a alguns critérios legais como a paridade entre instituições governamentais e da sociedade civil, por exemplo, e alguns membros do conselho já não mais existiam ou atuavam na região, como se pode verificar no Quadro 1.

Quadro 1 - Composição inicial do Conselho Consultivo do Parnaso.

GOVERNAMENTAL	NÃO-GOVERNAMENTAL
Gerente do Parnaso	Associação de Defesa Ambiental de Santo Aleixo (Adasa)
Prefeitura Municipal de Teresópolis	Associação de Moradores da Barreira (Ambar)
Prefeitura Municipal de Petrópolis	Associação dos Amigos do Parque Nacional da Serra dos Órgãos (Serração)
Prefeitura Municipal de Magé	Associação de Produtores e Moradores do Jacó
Prefeitura Municipal de Guapimirim	Federação das Associações de Moradores de Teresópolis (FAMT)
Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT)	Associação de Fomento Turístico e Desenvolvimento Sustentável (Tereviva)
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae)
Universidade Federal Fluminense (UFF)	Sindicato dos Produtores Rurais de Petrópolis e Adjacências (SPRPA)
Unidades de Conservação Federais do Estado do RJ	
Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema)	
Corpo de Bombeiros do Estado do RJ	
Batalhão de Polícia Militar e de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro	
Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro (Turisrio)	

No ano de 2004, o Núcleo de Educação Ambiental (NEA/RJ) estabeleceu como prioridade o fortalecimento da Gestão Participativa das UCs, a partir de seus conselhos. Ao mesmo tempo, a administração do Parnaso estabeleceu a estruturação do conselho como prioridade de gestão. Foi elaborado, então, pelas equipes do Parnaso, do NEA/RJ e da Organização Não-Governamental (ONG) Tereviva o “Projeto Boa Vizinhança”, com o objetivo de promover a reestruturação do conselho do parque, dentro de um debate aberto à participação da comunidade local, representada por diversos atores sociais e grupos de interesse, de acordo com metodologias participativas.

Este artigo apresenta um relato do processo que teve como resultado a reestruturação do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos e a implementação da gestão participativa nesta UC, oferecendo algumas reflexões sobre a metodologia utilizada e os efeitos observados na construção coletiva do que hoje pode ser considerado um conselho de unidade de conservação forte e atuante: o Conparnasos.

## Metodologia e resultados

Tendo em vista que metodologias participativas são construídas, revistas e constantemente adaptadas às contingências e a especificidades dos processos sociais a que se aplicam, o texto a seguir apresenta os fundamentos conceituais e o passo a passo da metodologia desenvolvida junto com os resultados de cada etapa, já que esses influenciaram a abordagem metodológica das etapas seguintes.

A metodologia adotada pelo Projeto Boa Vizinhança serviu ao objetivo de tornar o conselho um espaço efetivo para a discussão democrática dos problemas, conflitos e potencialidades ambientais da região e, assim, incluir os diversos atores sociais, de fato, no processo de gestão do parque.

Configurou-se, pois, em um projeto de educação ambiental, já que criou espaços de discussão sobre os principais problemas que afetam o meio ambiente das comunidades, apontando os desafios e conflitos a serem enfrentados e, sobretudo, possibilitou o entendimento da educação ambiental como um exercício de cidadania. O projeto buscou,

portanto, a justiça social e a ética nas relações sociais e com a natureza.

A implementação da gestão participativa no Conparnaso apresentou-se como um caminho, construído coletivamente, com o objetivo de torná-lo um verdadeiro espaço de expressão, representação e participação dos atores sociais, buscando um envolvimento ativo e a participação cidadã para a preservação e conservação da Mata Atlântica.

Para a realização desses objetivos, partiu-se da metodologia utilizada pelo Ibase no projeto de implementação da gestão participativa no Conselho Consultivo do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, em 2003 (LOUREIRO et al., 2005). A metodologia do Ibase serviu para orientar a criação de uma metodologia própria, adaptada às peculiaridades locais, bem como ao tempo e aos recursos do projeto Boa Vizinhança.

Elegeu-se como principal ferramenta a oficina participativa, visto que esta se apresenta como um importante espaço de práticas democráticas. As oficinas foram concebidas com base no enfoque e premissas pedagógicas e participativas, e, na sua realização, procurou-se seguir um roteiro de atividades e dinâmicas que pudessem proporcionar a efetiva participação dos conselheiros.

Dois aspectos fundamentaram as quatro oficinas realizadas ao longo do processo: a aplicação de metodologias, procedimentos, ferramentas e técnicas participativas e a utilização de recursos pedagógicos de educação ambiental. Assim, foi possível atender aos princípios da gestão participativa em unidades de conservação e criar as condições adequadas para que o conselho seja, de fato, representativo, e tenha condições de imprimir um novo rumo às estratégias de conservação e ao processo de tomada de decisões no Parnaso.

Dentro desse contexto, os sujeitos da ação pedagógica, ou seja, os atores sociais participantes – alguns dos quais tornaram-se conselheiros – receberam informações, refletiram sobre a realidade e construíram percepções, discursos e identidades associadas à problemática ambiental da região.

Partindo da Portaria Ibama nº 102/02-N, de 6 de agosto de 2002, em que constavam 21 instituições, esses atores sociais foram convocados para a apresentação da proposta de reestruturação do conselho, com o objetivo de garantir maior participação dos diferentes atores sociais do entorno do Parnaso. Além da previsão de renovação periódica do conselho, sugerida pelo Snuc, foi também argumentado que algumas instituições conselheiras não mais existiam ou atuavam na região, o que era um indicador de que o conselho não representava a realidade local, que é dinâmica.

Tendo como objetivo inicial o levantamento dos atores sociais com potencial para compor o

conselho, foram adotadas duas estratégias: 1) levantamento indireto de informações a partir de documentos preexistentes, como os planos de manejo, de ação emergencial e de uso público do parque, além de relatórios de projetos e programas realizados anteriormente, como o Programa Muriqui; 2) a coleta de dados primários visando à elaboração de um diagnóstico socioambiental, utilizando a metodologia de Diagnóstico Ambiental Rápido Participativo (Darp).

Em linhas gerais, Darp é um conjunto de técnicas e ferramentas que permite a participação da comunidade na elaboração de seu próprio diagnóstico. Com esse método, os participantes podem analisar a própria situação vivida e visualizar diferentes opções para melhorá-la (DRUMMOND, 2002). O objetivo do Darp é apoiar a autodeterminação da comunidade pela participação e, assim, fomentar o desenvolvimento sustentável. Com os dados desse diagnóstico, foi possível traçar um perfil socioambiental das comunidades do entorno do Parnaso como ponto de partida para a reestruturação do seu conselho consultivo. O trabalho gerou diversos indicadores sociais, tais como: população local, organizações comunitárias, principais doenças, educação, entre outros. Também foram coletados dados referentes às questões ambientais: tratamento e destinação de esgoto, abastecimento de água, coleta e destinação de lixo, principais rios e a percepção das comunidades com relação aos principais problemas ambientais enfrentados na sua área.

O próximo passo foi uma ampla mobilização, por meio de ofícios, reuniões e contatos telefônicos, de todas as instituições levantadas nos diagnósticos e levantamentos, a fim de garantir a participação do maior número de segmentos da sociedade, interessados em participar do conselho consultivo.

Assim, todas as instituições foram convocadas por ofícios e convites para a primeira oficina de reestruturação do conselho consultivo, realizada no dia 14/12/2004, no Parnaso, com vistas a criar um espaço amplamente participativo no qual a tarefa principal era a identificação coletiva e a caracterização de atores sociais que poderiam formar a nova composição do conselho. Estiveram presentes 75 representantes de 54 instituições (órgãos públicos e sociedade civil).

A sistematização dos dados obtidos envolveu o agrupamento dos diversos atores em setores de interesses comuns, o que delimitou uma estrutura básica do conselho. Com base nesse esboço, a equipe técnica definiu a organização da segunda oficina de reestruturação do conselho, com o objetivo de criar um espaço de discussão no qual seria elaborada a estrutura geral do conselho

e a definição, por cada grupo de interesse comum, das entidades titulares e suplentes que viriam a representá-lo.

A segunda oficina foi realizada no dia 10 de março de 2005. Estiveram presentes 70 representantes de 49 instituições, tendo sido desenvolvidas as seguintes atividades:

- agrupamento de atores sociais com interesses comuns;
- definição do número de vagas no conselho para cada grupo de interesse;
- definição de critérios para a escolha das instituições titulares e suplentes dentro de cada grupo;
- discussão de estratégias de retorno das informações às bases (grupo que cada ator social representa no conselho).

- indicação de câmaras técnicas referentes aos interesses de cada grupo (tema e atores sociais incluídos).
- apresentação das deliberações de cada grupo à plenária, chegando à composição final do conselho.

O resultado desse encontro foi a proposição de uma nova estrutura para o Conparna-so (Quadro 2), construída participativamente, e que foi encaminhada no dia 18/03/2005 para a Coordenação-Geral de Unidades de Conservação do Ibama (CGEUC), para a criação de uma nova portaria de composição do conselho. O processo demorou mais de um ano para ser finalizado, com a publicação da Portaria nº 36, em 26 de abril de 2006.

Quadro 2 – Composição atual do Conselho Consultivo do Parnaso.

GRUPO	SETOR	ORDEM	INSTITUIÇÃO	
Sociedade Civil	Organizações socioambientais	Titular	Sociedade Vale do Bonfim	
		Titular	Espaço Compartilharte	
		Titular	Associação de Defesa Ambiental de Santo Aleixo	
		1º Suplente	Serviço Social do Comércio - Sesc Teresópolis	
		2º Suplente	Tereviva	
		3º Suplente	Associação Internacional de Desenvolvimento Econômico Interambiental	
	Associações de Moradores do Entorno do Parnaso	Titular	Associação de Moradores e Amigos da Barreira	
		Titular	Associação de Produtores e Moradores do Bonfim	
		Titular	Associação de Moradores e Amigos Corta-Vento	
		Titular	AMA Quebra-Frascos	
		1º Suplente	Associação de Amigos e Cidadãos de Guapimirim	
		2º Suplente	Sociedade de Amigos do Vale da Boa Esperança	
		3º Suplente	AMA Granja Guarani	
	Associação de Produtores Rurais	4º Suplente	Federação das Associações de Moradores de Teresópolis – FAMT	
		Titular	Associação de Produtores e Moradores do Jacó	
		Titular	Fazenda Boa Esperança	
		1º Suplente	Associação de Produtores Rurais do Bonfim	
	Usuários de Recursos Ambientais	Setor de Turismo	2º Suplente	Sítio Monte Sinai
			Titular	Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro – Turisrio
		Suplente	Associação de Turismo Teresópolis-Friburgo/ Circuito Turístico Tere-Fri	
Usuários Diretos de Serviços Ambientais		Titular	Companhia Estadual de Águas e Esgotos – Cedae	
		Suplente	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piabanha e Sub-bacias dos rios Paquequer e Preto	
Prestadora de Serviços		Titular	Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes – DNIT	
		Suplente	Concessionária Rio-Teresópolis – CRT	

GRUPO	SETOR	ORDEM	INSTITUIÇÃO
Usuários de Recursos Ambientais	Ensino, Pesquisa e Extensão	Titular	Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
		Titular	Universidade Federal Fluminense – UFF
		Titular	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ
		1º Suplente	Fundação Educacional Serra dos Órgãos – Feso
		2º Suplente	Emater/Rio
		3º Suplente	Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz
Órgãos Gestores	Parnaso	Titular	Chefe do Parnaso
		Suplente	Núcleo de Educação Ambiental
	OEMA	Titular	Fundação Estadual de Engenharia de Meio Ambiente – Feema
		Suplente	Instituto Estadual de Florestas - IEF – PETP
	Prefeitura Municipal de Teresópolis	Titular	Secretaria de Meio Ambiente de Teresópolis
		Suplente	Secretaria de Turismo de Teresópolis
	Prefeitura Municipal de Petrópolis	Titular	Secretaria de Meio Ambiente de Petrópolis
		Suplente	Fundação de Cultura e Turismo de Petrópolis
	Prefeitura Municipal de Guapimirim	Titular	Secretaria de Meio Ambiente de Guapimirim
	Prefeitura Municipal de Magé	Titular	Secretaria de Turismo e Meio Ambiente de Magé
		Suplente	Secretaria de Turismo e Meio Ambiente de Magé
	Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense	Titular	APA Guapimirim
		Suplente	Esec Paraíso
	Corpo de Bombeiros	Titular	2º Grupo de Socorro Florestal e Meio Ambiente de Magé - GSFMA – Magé
		Suplente	16º Grupamento de Bombeiros Militar de Teresópolis
	Batalhão de Polícia Florestal MA-RJ	Titular	Comandante
		Suplente	Adjunto

Dois aspectos interessantes, propostos pelos próprios participantes, marcaram o compromisso de ampla participação na estrutura desse conselho: a titularidade e suplência para instituições diferentes, dentro do mesmo grupo de interesses, e a suplência flutuante.

No primeiro caso, optou-se por permitir que duas instituições diferentes ocupassem a mesma cadeira. Uma como titular e a outra como suplente, desde que ambas compartilhassem interesses referentes à gestão ambiental da região e tivessem o compromisso de se manter em constante integração. Dessa forma, um número maior de atores sociais tem acesso ao conselho, e, acredita-se, o conselho passa a contribuir para mais organização na comunidade local.

No segundo caso, visando o estímulo à participação das instituições suplentes, foi estabelecido um sistema de suplência flutuante, ou seja, na ausência dos titulares de um determinado grupo de interesse os suplentes assumem o direito ao voto, seguindo uma hierarquia definida por eles próprios. Assim, evita-se cadeiras vazias e suplentes ociosos durante as reuniões. Esses aspectos foram incorporados ao Regimento Interno do Conselho.

Dando prosseguimento ao processo, a equipe realizou no dia 9 de maio de 2005 uma oficina interna com 15 funcionários do Parnaso, cujo objetivo foi envolver esses servidores da UC no processo de implementação da gestão participativa, coletar informações sobre os problemas, conflitos e potencialidades das áreas vizinhas ao parque e, também, testar a metodologia criada pela equipe técnica, para ser aplicada com os novos conselheiros, numa oficina de capacitação e planejamento participativo.

As instituições que passaram a compor o conselho foram solicitadas a indicar seus representantes, que tornaram-se conselheiros com mandato de dois anos, a partir da publicação da portaria supracitada. Os 48 conselheiros, titulares e suplentes foram convidados a participar da oficina de capacitação e planejamento participativo, realizada nos dias 7 e 8 de junho de 2005, no Parnaso, com os seguintes objetivos:

- Envolver e mobilizar os participantes para identificar percepções iniciais a respeito do Parnaso e estabelecer identidades e diferenciações entre os grupos envolvidos.



- Analisar os aspectos internos e externos que interferem e afetam o Parnaso e o entorno.
- Analisar, interpretar e discutir conceitos fundamentais da Lei do Snuc;
- Formular a visão de futuro e a missão do conselho;
- Elaborar um plano de ação preliminar para o conselho.

Como resultados da oficina, foi possível observar a construção da identidade de conselheiro do Parnaso entre os participantes, e o estabelecimento de um clima cooperativo entre os conselheiros. Além disso, a missão do conselho foi claramente definida por todos e para todos, conforme o seguinte:

Consolidar a participação da sociedade na gestão do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, compartilhando idéias, sonhos e desejos dos diversos atores sociais, e apoiar técnica e politicamente a gestão do Parnaso, de forma integrada, com o objetivo de melhorar o planejamento e a conservação do parque e seu entorno, observando os valores socioambientais e culturais (Missão do Conparnaso, 2005).

O plano de ação do conselho para 2005/2006 foi composto pelas seguintes atividades:

- Elaborar o regimento interno.
- Implantar calendário de reuniões regulares e de reuniões itinerantes do conselho nos quatro municípios abrangidos pelo parque.
- Formalizar a participação dos conselheiros.
- Criar uma rede de cooperação visando disponibilizar informações para o parque.
- Apoiar o projeto da Estrada-Parque na BR-495.
- Incluir o parque no roteiro de patrulhamento dos municípios que abrangem os seus limites, visando fortalecer seu potencial de fiscalização.
- Criar e operacionalizar quatro câmaras técnicas permanentes: cultura e educação ambiental, pesquisa, turismo e montanhismo e controle e recuperação ambiental.
- Formalizar convênios/cooperação técnica, visando aumentar a capacidade operativa do Parnaso.
- Atualizar, periodicamente, o plano de ação.

Pode-se observar, portanto, que a missão e o plano de ação construídos pelos conselheiros apóiam e fortalecem os objetivos de conservação da unidade, ao mesmo tempo em que estabelecem um fórum democrático de mediação de interesses e conflitos socioambientais.

## Discussão

O processo de reestruturação do conselho, conforme descrito, revelou-se interessante no sentido em que contribuiu para o estabelecimento de um clima cooperativo entre os diversos atores sociais presentes. Além disso, as dinâmicas escolhidas e a facilitação pela equipe do projeto permitiram observar no grupo a clareza de objetivos comuns e o respeito aos interesses particulares de cada grupo menor.

Acredita-se que um fator fundamental para o desenvolvimento desse clima cooperativo tenha sido o tipo de abordagem feita sobre os problemas, conflitos e potencialidades ambientais, apresentados e discutidos por intermédio de palestras e dinâmicas ao longo do processo. Dessa forma, os conselheiros puderam aprender a identificar problemas, conflitos e potencialidades ambientais; compreender a complexidade e respeitar a diversidade de interesses que se apresentaram sobre o uso e a gestão dos recursos naturais. Ainda, esse mesmo clima de respeito à diversidade facilita a expressão dos grupos de menor capital simbólico, o que é um desafio permanente de qualquer processo de participação social.

É essencial reconhecer que uma sociedade é constituída por conflitos, porém, isso não impede a busca de consensos para a resolução de problemas por meio de diálogo e respeito entre os atores que fazem parte do processo de negociação e de participação política. A aceitação de que a sociedade é plural, permeada por visões de mundo, interesses e necessidades distintas e antagônicas, está subentendida em processos democráticos nos quais se incluem as tensões e contradições entre direitos e deveres, indivíduo e coletividade, liberdade e igualdade, público e privado (LOUREIRO, 2004c).

No caso da gestão de unidades de conservação, a proposta da gestão participativa tem como objetivo promover condições para que os diferentes atores sociais disponham de instrumental, inclusive na esfera cognitiva, para participar na formulação de políticas para o ambiente, bem como na concepção e aplicação de decisões que afetam a qualidade do meio físico-ecológico e sociocultural, cuja unidade é aqui denominada de socioambiental (MUSSI, 2007).

Atualmente, o Conparnaso tem sido objeto de estudos de pesquisadores interessados em avaliar os mecanismos e a eficácia da gestão participativa de unidades de conservação. Relatos dos conselheiros retirados do trabalho de Mussi (2007) ilustram algumas das questões discutidas neste artigo.

Quanto ao exercício da participação configurando como processo de educação ambiental não formal:

Sou ex-caçador e aos poucos fui me sensibilizando e me conscientizando da necessidade de preservar para os meus filhos, netos... A importância de ser um porta-voz da comunidade a que pertenço e poder receber informações, trocar idéias em busca de alternativas viáveis e concretas, para que possamos sair do papel e atuarmos na prática...(Adasa).

Quanto à função do conselho de agregar valor à gestão da unidade, contribuindo para seus objetivos de conservação:

Eu acho que a principal atribuição do conselheiro é assumir responsabilidades em nível de consultoria na co-gestão do parque, uma vez que esse é um conselho consultivo, não é um conselho administrativo. Então não compete ao conselheiro administrar o parque, mas compete ao conselheiro colaborar na administração do parque, via consulta, via os seus préstimos como consultor... então, eu vejo aí a função mais importante não só minha, mas de todos os outros conselheiros, no trazer de suas experiências, do seu campo

de domínio do saber e, tudo, para colaborar com a gestão do parque (UFF).

No que se refere ao conselho como espaço de explicitação e mediação de conflitos socioambientais:

O papel é de falar as nossas necessidades, mas a gente fala e é combatido pela maioria (Ass. moradores e produtores do Jacó).

Sobre a gestão participativa, permitindo a discussão e a conciliação de interesses diversos sobre os recursos naturais:

Gestão participativa, ou seja, o órgão gestor escuta a comunidade, escuta as pessoas que têm relação com essa unidade... Às vezes, a gente está olhando de uma certa forma e vem um outro companheiro, com outra experiência e faz uma colaboração muito grande e isso eu acho que facilita muito a gestão e a eficiência do serviço daqui, do serviço público (Cedae).

Enfim, pode-se concluir que a implementação e o fortalecimento da gestão participativa no conselho consultivo do Parnaso inaugurou procedimentos de compartilhamento de poder e de responsabilidades com a sociedade, incluindo consultas, aconselhamento e planejamento das atividades de gestão da unidade, a partir de um processo conjunto de construção de soluções, conciliando os diferentes interesses nos quais os atores se vêem como autores e parceiros legítimos, portanto, comprometidos com os resultados e incrementando a eficácia da gestão da unidade.

## Referências bibliográficas

- BORDENAVE, J. D. **O que é participação?** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.
- BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988; atualizada até a Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de dezembro de 1988. 21.ed. São Paulo: Saraiva, 1999
- \_\_\_\_\_. Lei Federal nº 9.985 de 18 de Julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.
- \_\_\_\_\_. Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002, que regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, e dá outras providências.
- \_\_\_\_\_. Portaria Ibama nº 102, de 06 de agosto de 2002, que institui o conselho consultivo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos.
- \_\_\_\_\_. Portaria Ibama nº 36, de 26 de abril de 2006, que define a nova estrutura do conselho consultivo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos.
- DRUMMOND, M. A. **Participação comunitária no manejo de unidades de conservação: manual de técnicas e ferramentas.** Belo Horizonte: Instituto Terra Brasilis de Desenvolvimento Sócio-Ambiental, 2002.
- GOHN, M. da G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica.** São Paulo: Cortez, 2003. Coleção questões da nossa época; v. 84.
- IBAMA. **Relatório de Atividades do Núcleo de Educação Ambiental da Gerência Executiva do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Relatório de Avaliação dos Planos de Trabalho do Núcleo de Educação Ambiental da Gerência Executiva do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2004.
- \_\_\_\_\_. Coordenação-Geral de Educação Ambiental. **Como o Ibama exerce a educação ambiental.** Brasília: Edições Ibama, 2005.
- LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental Transformadora. In: LAYRARGUES, P. P. (Coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira.** Brasília: MMA, 2004(a).
- \_\_\_\_\_. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental.** São Paulo: Cortez, 2004(b).
- \_\_\_\_\_. Educação ambiental e gestão participativa na explicitação e resolução de conflitos. **Gestão em Ação**, Salvador, v. 7, n. 1, jan./abr. 2004(c).
- LOUREIRO, C. F. B. et al. **Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação.** 2.ed. revisada e atualizada. Rio de Janeiro: Ibama, 2005.
- MACIEL, T. B. Da Sustentabilidade à Sustentabilidade do Ser: Por um Desenvolvimento Humano Durável In: D'AVILA NETO, M. I.; PEDRO, R. M. L. R. (Org.). **Tecendo o desenvolvimento:** saberes, gênero, ecologia social. Rio de Janeiro: Mauad: Bapera Editora, 2003.
- MUSSI, S. M. Educação ambiental no processo de gestão participativa em conselhos de unidades de conservação: o caso do Parque Nacional da Serra dos Órgãos – Teresópolis, RJ. Rio de Janeiro, 2007. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – UFRJ/IP/EICOS.
- QUINTAS, J. S. **Pensando e praticando educação ambiental na gestão do meio ambiente.** Brasília: Ibama, 2000.
- \_\_\_\_\_. Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória. In: LAYRARGUES, P. P. (Coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira.** Brasília: Ibama, MMA, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Introdução à gestão ambiental pública.** Brasília: Ibama, 2005.
-